



ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2011

Acta n.º 17

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e um de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2011 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de partilha (Aditamento e Adenda) - "Polis Albufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.", nos termos da alínea c) do n.º1 do art.5º, com referência à alínea c) do n.º1 do art.2º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º98/97 de 26 de Agosto, na redacção actualmente em vigor; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação de anúncio no jornal para concessão do direito de uso privativo de espaço para instalação de 250 postos de sinalética direccional publicitária no concelho de Albufeira, nos termos alínea q) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desistência do Município de Albufeira de associado da APMH - Associação Portuguesa de Habitação Municipal, nos da alínea m) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia, nos termos do n.º1 do art.79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de avaliação de interesse municipal do projecto "Parque Temático Vasco da Gama", sito nos Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves



Pinto de Oliveira (PSD) (21:40h), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis e em regime de não permanência, o Vereador David Martins. -----

FALTAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS) e Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Paulo Freitas e Helena Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os Membros, Nuno Lisboa e Alberto Saraiva. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Presidente da A.M. - "Esclarecendo as regras para os que vêm pela primeira vez aqui à Assembleia. É para saberem que, as intervenções neste período é de cerca de uma hora e que não poderá exceder, por pessoa, dez minutos. Agradeço que não se excedam para além dos dez minutos." -----

João de Araújo Ferreira - "Eu, vim do Porto tratar de um assunto político que se tem passado ao longo de oito anos. Eu comprei uns apartamentos nas Açoteias. E não tem absolutamente nada, é só político, visar qualquer pessoa da sua personalidade, da sua maneira de ser, afectar qualquer situação que seja extra política. Venho só apresentar situações políticas, que me sinto prejudicado, pela Câmara e, nomeadamente, pelo seu Presidente da Câmara. Apresentei, em devido tempo, há cerca de mês e meio, uma moção de censura e desconfiança política ao autarca, Senhor Desidério Jorge da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, pela incompetência política que tem manifestado e por este assumida, de não saber diligenciar, para tomar posse do Loteamento das Açoteias. "Vou informar-me no Tribunal do Comércio de Lisboa e nas Pessoas Colectivas, se efectivamente houve falência"; "depois resolvo o assunto". Também disse-me pessoalmente: "A Associação que me entregue o loteamento, que eu resolvo a situação"; ora a Associação ia ficar sem uma fonte de rendimento!!!. "é um processo muito antigo" "é muito difícil" "uns querem outros não" "a empresa faliu" a última versão; "o assunto tem de ser resolvido em tribunal", na altura, (parece que para



poder ser eleito, provavelmente sem entraves, como Presidente do Município), (foi as promessas que fez, quando estávamos a pouco tempo de se realizarem eleições autárquicas). Este loteamento foi ocupado indevidamente e ilegalmente, desde 19 de Março de 1999, pela Associação de Proprietários da Aldeia das Açoteias e oficialmente por Escritura Pública em 23 de Junho de 2004. Publicada por extracto no Diário da República nº194, III Série, de 18 de Agosto de 2004. Ocupação ilegal, para tratar de partes comuns que não existem, e que se veio a confirmar por requerimento meu ao digno Procurador-Geral da República aqui de Albufeira em que decretou que não há partes comuns e mandou expurgar do regulamento da Associação qualquer situação que pudesse resultar no prejuízo dos proprietários da Aldeia das Açoteias. Portanto, ao expurgar, que expurgaram, que eu já li, ou era dissolvida, simplesmente, a Associação. E portanto, a Associação agora não tem meios para subsistir, para fazer as tais partes, alegadamente, comuns, que nunca existiram. Isto foi uma questão que aconteceu no país, que é o nosso. Ora bom, para tratar de partes comuns não existem, nunca existiram, com Jurisprudências e sentenças decretadas pelo Tribunal Judicial de Albufeira, sem que o Autarca-Presidente, manifestasse oposição democrática, ou mexesse uma "palha" para resolver o assunto. Este Autarca-Presidente, tem sido por mim regularmente informado democraticamente, das ilicitudes que a referida Associação tem cometido. Esta, cobra-se de uma importância 650% do valor do condomínio, "só para a manutenção das partes comuns" que não sei, nem presumivelmente o Autarca-Presidente saberá, para onde irá o dinheiro recebido. Já não basta pagar tudo à Câmara, águas residuais, vulgo esgotos, resíduos sólidos e mais o IMI. Parece que o IMI é devido e revertido a favor da Câmara, para esta tratar de tudo, respeitante aos deveres que os Municípios estão incumbidos por lei executar. Se não trata do loteamento, parece não haver obrigação de liquidar o IMI; são 450 fogos (proprietários e famílias que ascende a cerca de 1500 pessoas interessadas) que estão a ser espoliados nos seus direitos materiais e democráticos; desde que este autarca foi eleito em 2002, ascende já a muitos milhares de euros, que por justiça e direito, devem ser reembolsados, provavelmente, por quem iniciou o processo e não deu saída, e agora quer "meter" toda a Câmara no seu conjunto, parece que quer repartir responsabilidades, daquilo que se responsabilizou de início, tomando conta de tudo que já provavelmente conhecia, até da falência muito antes de ser Presidente. O IMI é um imposto que incide sobre o Valor Patrimonial Tributário dos prédios rústicos, urbanos ou mistos. Esta Associação comprou recentemente um prédio, onde instalaram a sede, e, parece que alargaram o direito de propriedade, ocupando outro prédio, que não foi abocado pela massa falida. Ora bom: não foi requerido pelos credores, nem tão pouco pelo Tribunal. Construíram um campo de futebol, cortaram árvores, aplainaram terreno sem licença da Câmara. Esta nada informa apesar de requerida, porque eu, obviamente, fiz imensos requerimentos, que tenho um Doutoramento, precisamente em Direito Administrativo. Mas continuando. Sem oposição, a ocupação das "chamadas partes comuns" também sem oposição. Colocaram sinais de trânsito sem terem conhecimento para o efeito; colocaram lombas no pavimento, que partem as suspensões (mas foi lá



alguém que os avisou, que era preciso aplainar mais um bocado e ficaram mais aplainadas). Rectificaram uma, colocaram-na mais baixa junto a uma vivenda, (não sei porquê, mas imagino). Mais tarde, como referi, que os carros avariavam, suavizaram as elevações das lombas. Perguntei ao Autarca-Presidente já referido, em que Sessões Camarárias democráticas, foram autorizadas estas ilegalidades? Também perguntei se o prédio que está junto à recepção e que parece que não foi abocado pela massa falida se a ocupação é ilegal; não respondeu; se é uma ocupação ilegal do prédio, e na base do Dect. 1345º, pertence ao Estado, se as minhas dúvidas se confirmarem. E confirmaram-se, eles ocuparam aquilo desde o dia 5 de Março, estão lá com uma sala para os convívios. O Senhor Autarca-Presidente não responde a nada, e em todos os casos tem conhecimento individual, por escrito e pessoalmente. A ocupação? A construção de um campo de futebol? (E o campo de futebol aqui, nem questões ambientais nem nada. Uns são moradores efectivos na Aldeia das Açoteias, outros intelectuais, ou outras pessoas, vão para lá descansar e seria um conflito entre os moradores e os meninos a jogarem à bola, aos gritos. O desporto deve ser praticado no sítio próprio.) Portanto, as minhas dúvidas sobre a ocupação do prédio separado da sede da Associação. Tenho requerido essas informações ao Autarca-Presidente sobre estas questões. Não responde. E quando o faz, diz "é um processo muito antigo", "uns querem outros não", "o loteador faliu", "não há quem entregue as infraestruturas do loteamento" e a mais recente é "isto tem de ser tratado no Tribunal". Que seja, mas certamente, não espere que sejamos nós, os espoliados durante anos a tratar do que deve ser feito pela Câmara, e propriamente pelo Presidente. Esta tem obrigação de repor a legalidade (e aqui eu iria buscar, precisamente, o Decreto que trata das obrigações do Presidente, que eu posso dar se o autorizarem). Tem a obrigação de pôr a legalidade! Ou vai esperar, o Sr. Autarca, de sair da Câmara (e quem vier atrás que feche a porta) para passar a "bola"? Parece não ser politicamente e democraticamente correcto, não resolver um problema grave, a seu tempo, que afecta as populações. Esta situação parece ter uma certa similitude política com o "Muro de Berlim": na mesma Câmara, de um lado ruas, jardins, infra-estruturas, pagas pelo contribuinte. Para cá da rede, que em lugar de betão, é vedado por rede; paga-se tudo à Câmara, mais o esbulho que a Associação exige. Começo a ter dúvidas se a Câmara não beneficia deste estado de situações, (porque está a receber o IMI, e o IMI é, realmente, uma parte da economia que o Ministro transfere para as autarquias. Não acontece como os Bombeiros, que é de solidariedade social e essas têm o "OK" da Câmara para ficarem isentas.) Era bom que o Sr. Presidente da Autarquia fizesse um requerimento para repor o dinheiro todo que eu dei, de oito apartamentos que lá tenho. Que era para investir e fazer uma microempresa de oferta turística, quando toda a gente anda a precisar de emprego, um investidor que veio aqui para fazer isso, e escrevendo ao Presidente, para ele foi a mesma coisa que não estivesse escrito. Começo a ter dúvidas, se a Câmara não beneficia deste estado de situações, por não gastar na manutenção do loteamento? O Autarca-Presidente fez obras de grande relevo para a cidade, não devia deixar uma cereja podre no bolo. Uma Câmara, é uma entidade que



está entre o Estado e as populações, não pode fugir com informações jurídicas (que não resolvem nada em concreto) para não resolver o que pertence a esta, não pode dizer ou sugerir, que o assunto tem de ser resolvido em tribunal. O que andou o Senhor Autarca-Presidente a fazer durante nove anos? Foi investido em 2002 e já estava dentro do assunto, porque é que não accionou a falida "Touring Club de Portugal"? Não vai esperar que seja um investidor ou morador a tratar das ilegalidades que o Senhor Presidente devia ter resolvido, como era sua obrigação. Tenho sido informado regularmente de pareceres jurídicos, de que ao darem informação, omitem muita coisa, (por exemplo: se a ocupação é ilegal ou legal do loteamento das Açoteias). Pareceres que se referem ainda, quando o loteamento estava em construção e mesmo depois da falência, parece que com todos estes acontecimentos não se estará perante uma espécie que parece uma corrupção passiva democrática. Cheguei a sugerir-lhe para resolver o assunto, que podia "deitar mão" da figura jurídica discricionário. Estou convicto de que não compreendeu (e devo dizer que discricionário, juridicamente quer dizer: o Presidente pode tomar poderes para resolver as questões latentes da população), o alcance da minha proposta para resolver o assunto de boa-fé. Como se afirma e é verdade, a Ciência do Direito não é uma ciência exacta, deixo aqui a opinião para "julgarem" os pareceres jurídicos que no meu entendimento ainda são menos exactos. Confio nos Tribunais, porque ouvem a contraparte e decretam com o mínimo de erro. Assino: João Ferreira. Tenho dito. Eu tinha muito mais para dizer, mas..." -----

Presidente da A.M. - "Mas, já excedeu o seu tempo em cinco minutos." -----

João de Araújo Ferreira - "Obrigado a todos." -----

Arlindo Simões Ferreira - "Senhor Presidente, eu gostava de falar de frente, porque sou uma pessoa que dou a cara, não gosto de falar nas costas das pessoas." -----

Presidente da A.M. - "Faça favor. Pode falar de onde quiser!" -----

Arlindo Simões Ferreira - "Boa noite a todos. Em primeiro lugar cumpre agradecer ao Senhor Presidente e a todos os Membros da Assembleia Municipal a oportunidade do "Zoomarine" produzir algumas reflexões antes da apreciação do pedido de interesse municipal do projecto Vasco da Gama, na tentativa de ajudar a uma justa e reflectida decisão de V. Exas. Em segundo lugar, tivemos oportunidade de assistir ao esclarecimento aqui feito pelo promotor, que projectou um vídeo do "Europa Parque", o terceiro maior da Europa, em número de visitantes, e com investimento dez vezes superior do agora projecto - e não houve uma referência, nem foi distribuído qualquer folheto do parque "Waligator", a que se dizem ligados e base da sua experiência na área da animação, segundo consta do processo em análise. Investigámos na NET e não encontramos que este grupo tenha qualquer ligação àquele parque, pois tratar-se-á de um conjunto de empresas do sector imobiliário, (radicados na zona daquele parque entre Luxemburgo e Metz). Infelizmente o tempo não nos permite um bem fundamentado esclarecimento, mas já fizemos saber ao Senhor Presidente da Câmara, de viva voz, que estaríamos dispostos a suportar os custos de um estudo de mercado a ser efectuado por uma agência de comprovado mérito e de escolha da própria Câmara, que suportaria tecnicamente a decisão de existir, ou não massa crítica suficiente. É

nossa certeza que não existe público para sustentar dois projectos tão similares. E são similares, para além do tamanho e do investimento, (quando digo "do tamanho e investimento", quero dizer que o "Zoomarine" tem um investimento parecido, já realizado, em relação a este parque e tem vinte e dois hectares de área) porque têm diversões, zona aquática e estádio para apresentações. Convido que dêem uma olhada pelo parque "Waligator", que é citado no processo, para verem a similitude da proposta. Nestas duas últimas matérias o projecto não é bem esclarecedor, mas aponta algumas referências em relação àquele já citado parque e à "Ilha Mágica" - enquanto que, na sessão de esclarecimento, foi feita uma referência ao "Europa Parque" e ao Parque Italiano "Mirabilândia", por acaso pertença de um ex-sócio nosso em Portugal, como todos se devem recordar. Ora, todos estes parques têm em comum, com maior ou menor expressão, três linhas fundamentais: apresentações e espectáculos, com vertente zoológica ou circense (lembro que o "Waligator" no ano passado apresentou um espectáculo com leões e tigres, porque não consegue ter golfinhos. Se não, se calhar também o faria), múltiplas diversões mecânicas (e aqui o projecto reproduz todas as nossas diversões. Não há uma que tenha ficado de fora. Consultem o processo e vão verificar!) lagos e zonas aquáticas (aqui é reservada uma área igual ao "Zoomarine" inicial) e tem lá três rodinhas. Parece que estão a esconder qualquer coisa! É tal e qual ao "Zoomarine". Em terceiro lugar, conviria atentar; face à última descentralização verificada, na grande responsabilidade que cabe agora ao poder autárquico. Todos temos consciência que a luta por mais-valias foi quase sempre encarada pela lógica de que "se não aprovamos aqui... irá para o vizinho...". Isto tem que acabar! Não é forma. Porque, no actual quadro, caberá a V. Exas, aos órgãos autárquicos dinamizar uma nova prática, que atende no conhecimento científico que assegure inovação e desenvolvimento sustentado. E não é isso que se assegura pelo primado da liberdade total de concorrência. Concorrência a qualquer preço. Provavelmente, nos Estados Unidos, já teriam outras "Las Vegas", se eles tivessem o primado da concorrência neste estilo. Nem por certo V. Exas., aprovariam mais um autódromo, em Albufeira, pelo simples facto do de Portimão ter dificuldades. Ou mesmo pelo contrário. Mesmo se corresse bem o de Portimão, só porque corria bem o de Portimão, aprovariam mais um autódromo aqui? Eu deixo esta pergunta, porque me foi dito; porque nós já tínhamos sucesso, podia ser feito mais um parque. Por outro lado, exceptuando os excepcionais grandes, tipo "Disney", parques temáticos, estes rentabilizam-se com base no mercado existente (turistas + residentes) e desafio-os a correrem as memórias descritivas feitas pelo "Zoomarine" desde a primeira hora, em que lá dissemos que vínhamos fazer valor acrescentado ao produto, mas que não vínhamos trazer novos turistas. Isto está claramente assumido desde a primeira hora! E portanto, não temos autocarros para vir de Braga ou Barcelos, todos os fins-de-semana para trazer turistas. Para meio entendedor, meia palavra bastará! Finalmente, um apelo: Senhores Membros da Assembleia Municipal, como uma mais-valia que somos para o concelho, pedimos o favor de entenderem esta intervenção como legítima defesa e preocupação, pois se for edificado um parque similar e com a mesma dimensão



a dez quilómetros do "Zoomarine", quando não há outro em Portugal, é certo que um dos dois não irá sobreviver. E enquanto um deles não quebrar, ambos terão graves dificuldades de subsistência. A decisão, que sabemos muito difícil, deverá ser a melhor, a favor de Albufeira e do Algarve. Muito obrigado e fico ao vosso dispor." -----

Augusto Lopes - " Boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados. Eu venho aqui para deixar claro e expresso o meu contributo, nesta parte que acabou agora de ser referida, por este Senhor do "Zoomarine", relativamente ao interesse municipal do parque temático. Eu tenho uma posição um pouco diferente desta que acaba de ser exposta, porque eu até sempre pensei e sempre vi como referência, o "Zoomarine", o parque de diversão com golfinhos. Nunca o associei a um parque de diversões. Peço desculpa, é a minha opinião. Mas para além disso, eu tenho outras. E agora pegando neste tema, que não era este tema que eu ia tratar mas, como ouvi esta posição, também tenho a dizer que, sou uma pessoa muito interessada no desenvolvimento de Albufeira. E nunca vi, porque isto é uma decisão política, que por decisões políticas fosse proibido construir mais hotéis. Vejo, por exemplo, os "Salgados" que fizeram um desenvolvimento na hotelaria que é notável. Vejo outros grandes hotéis que estão por aí construídos e, acho que, nunca vi um grande industrial da hotelaria chegar aqui e dizer que não se podem construir mais hotéis porque a concorrência ou as pessoas não são suficientes. Isso é um problema dos empresários! Eu acho que V. Exas. aqui têm que decidir uma decisão política, se é esse o interesse principal. Porque também não vi, outras pessoas chegarem aqui para instalarem bares e restaurantes e dizerem que não podem porque há restaurantes a mais, ou porque há bares a mais. Isso é uma questão de concorrência, e uma concorrência pesada e feroz, mas é de salutar. E certamente, obrigaria, em relação ao "Zoomarine", a não termos aquela grande quantidade de gente que acontece durante meses, que eu nem lá vou, porque não tenho tempo para estar três ou quatro horas na fila com aquela gente toda. Mas, isto é a minha opinião pessoal em relação àquilo que acabei de ouvir. Ou seja, são precisas novas oportunidades! Mas não era para isto, só que acabei de ouvir e também tenho a minha posição como cidadão. Antes de mais, queria deixar aqui bem claro, certamente, muitas pessoas aqui me conhecem, mas que não tem nada de pessoal neste assunto, contra qualquer pessoa que esteja aqui presente na sala. Não tenho guerras pessoais, nem com o Senhor Presidente, nem com o Dr. Carlos Silva e Sousa. Nem defendo uma tese, nem outra tese! A minha tese é a tese do desenvolvimento. E os Senhores sabem que no tecido empresarial de Albufeira, neste momento, as sociedades que aqui se desenvolvem no sector do turismo, têm graves dificuldades económicas, resultantes de toda esta situação crítica que nós temos, ao ponto de muitas sociedades estarem a prever a revisão dos seus próprios contratos com base na alteração das circunstâncias em que contrataram há três ou quatro anos atrás. Muitas outras empresas estão ligadas ao sector da construção, grande parte delas, estão à beira da insolvência. E os senhores vejam, basta ir à decisão do Tribunal do Comércio, que é público, que eu ainda vi há bem pouco tempo, a decisão de insolvência da "Èrsal". A todo este panorama do desenvolvimento



do concelho, do restringir e das poucas oportunidades que Albufeira tem, e esta é uma delas. Portanto, se os senhores têm de tomar uma decisão política, tomem a decisão política no sentido de aprovar esta instalação e deixem aos técnicos a resolução técnica dos problemas técnicos e actos que têm que resolver. Mas há pouco tempo ouvia um membro do Governo a dizer que, afinal de contas, ia pedir às Câmaras Municipais, para desenterrarem os projectos que tinham em atraso e aqueles que não podiam desenvolver, porque afinal o Estado iria apoiá-los. Apoiá-los porque, desculpe Sr. Presidente, as Câmaras estão falidas, não têm dinheiro. E porquê? Quando se diz situação de insolvência é, quando o passivo é superior ao activo, ou então não podem cumprir as suas obrigações vencidas. É o que parece que está a acontecer. Então, os Senhores estão a deitar porta fora um investimento de cinquenta e cinco milhões de euros?! E podem ter outro argumento, que é este, mas nós temos sociedades e esta sociedade é uma sociedade que provavelmente será uma multinacional que até nem trás riqueza para o município, uma vez que os seus impostos são pagos no exterior. Estamos a falar do problema da Sonae? Estamos a falar do problema do Centro Comercial da Guia que tem a Sonae com sede na Holanda porque tem benefícios fiscais? Mas isso são benefícios do próprio empresário. Agora, fiquem certos, que essa empresa deixa em Albufeira postos de trabalho. Fiquem certos, que essa empresa deixa em Albufeira vantagens colaterais relativamente ao comércio. Mas também podem ter outro argumento, e dizer assim: "Mas nós não temos acessos. Não temos uns acessos convenientes e bons para aquela zona." Eu digo, então Sr. Presidente da Câmara, será e é bem visível o esforço que tem feito, é notório e é meritório, por isso dou-lhes os meus parabéns mas, a própria cidade de Albufeira tem deficientes acessos. Mas aqueles não! Aqueles têm o eixo viário que afinal de contas com o novo traçado A22 em relação ao centro de Albufeira, até fica num corredor de ligação com quatro faixas, duas de cada lado. Portanto, querem criar questões de parque de estacionamento? Têm parque de estacionamento, ao lado. Agora, a questão é política? Eu quando vejo isso digo: certamente, o Presidente da Câmara de Loulé, quando esteve empenhado em colocar lá o "IKEA", reuniu todas as pessoas, para eles incentivarem o investimento naquela zona. Certamente que, a Sra. Presidente da Câmara de Silves, quando se levantou hipóteses, que até se celebrou contratos promessa, de instalação da "Euro Disney" no Algoz, virou tudo ao contrário para que aquilo lá se instalasse. E não é o argumento da política da "terra queimada", nem questão de vizinhança, é o argumento da promoção da terra de Albufeira, é o argumento do desenvolvimento. O que eu sugiro é que, do ponto de vista político, V. Exas. tomem a decisão no sentido positivo e deixem aos técnicos, o desenvolvimento e a ultrapassagem das dificuldades, do ruído, da própria situação dos acessos. Deixem essas partes porque, certamente, se a Câmara Municipal de Albufeira investir nesse sentido tem mais vantagens do que todas as outras, do que fazer por exemplo, infraestruturas para lugares que não se desenvolvem, para hotéis que não têm gente, para situações que, afinal de contas, nem podem ter acesso. Portanto, é esta a minha posição e é este o meu contributo no sentido que seja do interesse municipal esse projecto." -----



Arlindo Simões Ferreira - "Eu fui mal interpretado. Eu não digo que esse parque não venha para cá, que não se afirme e que não seja licenciado pela Câmara. O que eu digo é que ele não tem interesse municipal. Porque a concorrência não me mete medo. Agora, pessoas que vêm fazer um licenciamento, que dizem na sua proposta que está no vosso plano financeiro que trazem cinco milhões de euros de capitais para um investimento de sessenta e três milhões. E distorcem nesta frase. Eu não fiz ataque nenhum, eu não tenho medo da concorrência. Já tive oportunidade de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que nós até temos alguns hectares que podemos ceder para o parque se situar ao pé de nós. É concorrência leal, franca. Porque mandaram-me para lá, quando eu queria estar ali, exactamente onde está, há vinte anos não me deixaram ficar ali porque era zona verde e mandaram-me para uma zona de animação. E agora põem um projecto destes, em cima de uma via que há três ou quatro anos o Sr. Presidente da Câmara pôs em questão se íamos fazer uma terceira faixa ou não, com a concentração que tinha. Eu não quero discutir esses problemas que não são meus. O empresário, se quer, que compre um terreno, não precisa do interesse municipal para o fazer. Que compre terrenos e que faça onde deve ser feito. Agora, quer beneficiar de uma conversão de terrenos agrícolas para fazer o parque e para isso vem buscar o interesse municipal e, possivelmente, recorrer aos investimentos. E é uma empresa francesa que se está a candidatar. Eu não tenho receio que eles venham para cá. A questão do interesse municipal não tem a ver com a questão do licenciamento e da aprovação do projecto. Era só isto que eu queria deixar claro, porque eu fui deturpado. Eu não tenho receio da concorrência! A concorrência que venha como nós viemos, comprámos terreno, investimos e temos vinte anos de trabalho e impostos, para bastante orgulho. E o que me custa, e isto para finalizar, é que, de facto, por uma esperteza, se tente eliminar a fonte do principal projecto que existe cá em baixo. E de certeza absoluta, que o futuro dirá quem tem razão e quem teve perspectiva de futuro nesta situação." -----

João de Araújo Ferreira - "Sr. Presidente peço só meio minuto, se me permite, porque esqueci-me de mencionar uma coisa fundamental." -----

Presidente da Assembleia - "O senhor excedeu o seu tempo. Um minuto!" -----

João de Araújo Ferreira - "As Açoteias, ao arrepio das leis da Câmara, já tem nomes toponímicos, precisamente, nas ruas, e uma praça. Eu fico admirado, além do campo de futebol, de como é possível, acontecer em Portugal uma coisa destas." -----

Presidente da Câmara - "Eu só quero dizer aqui duas coisas, para que fiquem esclarecidas. O Sr. João Araújo Ferreira é uma pessoa que já conhece esta casa, já conhece esta sala, mas não lhe admito difamações." -----

João de Araújo Ferreira - "Eu não fiz difamações." -----

Presidente da Câmara - "Não lhe admito difamações!" -----

Presidente da Assembleia - "O Senhor falou e ninguém o interrompeu. É regra, muito severa, nesta Assembleia, que as pessoas falem e ninguém as interrompa. Ouçam o que gostem ou o que não gostem. Aqui nesta sala, ninguém interrompe ninguém! Senhor Presidente tem a palavra." -----



Presidente da Câmara - "O que eu quero dizer é que, o Sr. João Ferreira é já conhecido nesta sala, vem periodicamente às reuniões de Câmara, porque tem um interesse digamos quase que pessoal, em relação às questões das Açoteias. Há aqui uma discussão entre privados nas Açoteias. E a Câmara Municipal já deliberou sobre a questão das Açoteias, de acordo com aquilo que foi a ordem do Tribunal e daquilo que foram as informações técnicas e jurídicas desta casa. Eu, na semana passada, disponibilizei-me para ter uma reunião consigo, às onze e meia da manhã, para ir com o Director de Departamento e o Dr. Fernando Silva às Açoteias. O Senhor chegou aqui às três da tarde. Como fui para Badajoz não pude ir consigo. Você teve com o Director de Departamento e com o Jurídico. Eles não disseram aquilo que o Senhor queria ouvir e, portanto, a partir de agora só há duas soluções. A Câmara só irá decidir em função daquilo que forem as informações técnicas e jurídicas, ou então, o que o Tribunal decidir a Câmara decide. E acabou! Tanta conversa e tanta discussão. O Senhor é quase doutorado em Direito Administrativo, mas a Câmara Municipal tem regras, o Direito Administrativo tem regras e eu aqui, enquanto Presidente de Câmara, tenho de me subjugar às regras da democracia e às informações técnicas e jurídicas dos quais estou mandatado. Portanto, a partir de agora Sr. João Ferreira, o senhor terá as respostas todas de acordo com as informações técnicas e jurídicas. Tenho dito." -----

João de Araújo Ferreira - "Não é possível." -----

Presidente da Assembleia - "Agradeço que não haja mais comentários." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2011 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "Apresenta proposta (doc.1)" -----



PROPOSTA

taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano de 2011, respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI

Nos termos dos n.ºs 5º e 13º do artigo 112º do CIMI, cabe aos municípios fixar o valor anual das taxas de IMI a praticar no Município de Albufeira.

Considerando a actual conjuntura económica e financeira, cabe também aos municípios utilizarem os instrumentos fiscais de que dispõem para aliviarem as dificuldades das famílias portuguesas e das empresas, assim como prosseguirem políticas de estímulo económico e de sustentabilidade territorial.

Assim, propõe-se:

a) Que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere, conforme disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do e do n.º 5 do art. 112º do CIMI, a fixação, como referência para o ano de 2011, as seguintes taxas:

- 0,6 para os prédios urbanos ainda não avaliados;
- 0,4 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;

b) que Assembleia Municipal de Albufeira delibere, conforme disposto no n.º 6 do art. 112º do CIMI, que para a área territorial da freguesia de Paderne seja minorada em 30% (trinta por cento) a taxa que vier a vigorar no ano de 2011;

c) que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere, conforme disposto no n.º 7 do art. 112º do CIMI, que para todas as freguesias do concelho de Albufeira seja fixada uma redução de 10%, a aplicar aos prédios urbanos arrendados, sobre a taxa que vier a vigorar no ano de 2011.

Albufeira, 28 de Novembro de 2011

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal



Presidente da Assembleia - "Apenas para relembrar a proposta da Câmara de Albufeira: 0,6% para prédios urbanos e 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Ou seja, tanto quanto me lembro, é igual à que existe actualmente. Agora, temos aqui uma proposta do PS em que adiciona, se bem entendo, dois pontos. Que para além de ser fixada estes valores, igual, que exista uma minoração para Paderne de 30% e de 10% para prédios urbanos arrendados. Temos estas duas alterações à proposta que a Câmara faz. Estão à discussão as duas propostas." -----

Francisco Calhau - "Gostaria apenas de dizer que acho a proposta muito generosa, simplesmente a situação em que nós vivemos neste momento a nível do país e a nível do concelho, afecta a todos da mesma maneira. E portanto, não me parece que seja o ano e a conjuntura, mais favorável para fazer discriminação entre municípios, em que nós não sabemos se é em Paderne, ou se é nos prédios arrendados, que existem problemas sociais no nosso concelho. Eu acho que o problema é muito mais vasto do que essa discriminação que aí está, que a proposta que foi apresentada pelo executivo e que o PS corrobora nesta Assembleia, é uma proposta de manutenção de valores do ano anteriores, os quais já tiveram em conta a situação de crise que já se adivinhava, pelo que temos de ter em atenção que o próprio executivo camarário se defronta com uma quebra enorme de receitas normais em anos económicos anteriores. Finalmente, temos que também considerar que cabe cada vez mais ao município desempenhar o papel de apoio social, o qual só é possível com uma manutenção mínima do nível de receita. A proposta que foi apresentada, volto a repetir, é uma proposta justa da parte do executivo, tanto que o próprio PS, em termos globais, não apresenta uma proposta diferente, apenas propõe reduções sectoriais que, volto a repetir, neste momento é legítimo que se discuta a sua legitimidade em termos da justiça. É evidente que não corroboramos essa proposta com discriminação, ainda mais numa altura em que essa discriminação não é fácil de quantificar nem de identificar geograficamente." -----

Carlos Gabriel - "Sobre esta proposta do PS, é lógico, não podemos aceitá-la de modo algum. E as populações que vivem na freguesia da Guia, na parte norte, que é essencialmente rural? E as populações que vivem nas Ferreiras, na parte norte da, zona rural tal como Paderne? O que é que iríamos dizer a esses municípios se aprovassemos esta proposta? Só porque vivem do lado de cá da linha da freguesia vão ter um valor de IMI diferente do outro? Não tem fundamento!" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca as propostas à votação. Primeiro a da Câmara Municipal e depois a do PS, só reconduzida aos últimos dois pontos. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DA C.M.A. -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Luís Reis e Rosário Charrua. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PS -----

Votos contra: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Rosário Charrua. -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: quatro (04) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima e Luís Reis.

Ausências: zero (00) -----

A proposta é reprovada -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de partilha (Aditamento e Adenda) - "Polis Albufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.", nos termos da alínea c) do n.º1 do art.5º, com referência à alínea c) do n.º1 do art.2º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º98/97 de 26 de Agosto, na redacção actualmente em vigor; -----

O Presidente da Assembleia sai da sala, por fazer parte dos corpos sociais da Polis e a Primeiro-Secretário apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Vítor Clemente - "Pediria ao Sr. Presidente da Câmara uma nota explicativa sobre esta questão." -----

Presidente da Câmara - "Este processo, como sabem, entrou aqui no ano 2000. É um contrato de comodato entre o Estado e a Câmara Municipal. Esse comodato para essa intervenção, ao longo dos anos, sabia-se que, um dia haveria um processo de partilha. Portanto, tudo foi acontecendo, naturalmente, ao longo destes anos, onde apenas não se realizaram duas intervenções do Polis. Foi a questão da mata do Inatel e a iluminação das falésias. Foram as duas obras não concretizadas, quanto ao resto cumpriu-se tudo. Havia também no Polis equipamentos complementares, nomeadamente os parques de estacionamento. Conseguiu-se fazer este aqui, através de um promotor que, felizmente, teve o bom senso, na altura, de o fazer, agora não sei, mas isso é outro processo; O P6 não foi conseguido através da Polis e a Câmara agora está noutro processo; O P5 conseguiu-se fazer ainda no âmbito do financiamento. Este processo todo foi correndo, até que agora houve necessidade de o fechar. Aliás, há muitos



"Polis" no país, como vocês sabem, não estão fechados. Há "Polis" com passivos brutais. Portanto, nós neste momento chegamos ao fim do processo com um passivo de seiscentos e tal mil euros, estão identificados, dos quais o Estado vai entrar com trezentos e setenta mil euros. Fecha-se o processo e aquilo que vem para a Câmara, é o ganho desta entrada e é o ganho particularmente das obras que se conseguiram fazer ao longo destes quase quarenta milhões de investimento entre a Câmara e o Estado. Foi um processo que fechou. Está fechado!" -----

Não havendo mais intervenções, a Primeiro-Secretário coloca a proposta a votação. ---

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima e Luís Reis. --

Votos a favor: vinte (20) Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Rosário Charrua. -----

Ausências: uma (01) Carlos Silva e Sousa. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público com publicação de anúncio no jõe para concessão do direito de uso privativo de espaço para instalação de 250 postos de sinalética direccional publicitária no concelho de Albufeira, nos termos alínea q) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

A Primeiro-Secretário apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Reis - "Boa noite. Só desejava marcar aqui um ponto nesta situação de sinalética. Consultei o processo e não vejo a implantação da dita sinalética. E não a havendo, no futuro, eventualmente, será apresentada a respectiva implantação. E o que daí vem, da implantação, penso que não seja muito rígida, de modo a poder proteger os residentes ou os próprios comerciantes. Eu próprio já tive um caso de uma suposta implantação, que esteve quase eminente, que consegui, negociando com as pessoas e apresentando uma alternativa, consegui essa alteração de posição. Contudo, também sei que, eventualmente, a sinalética é afixada e as pessoas poderão não conseguir alterar essa posição e isso poderá causar sérias dificuldades às pessoas. Não sei se o Sr. Presidente me poderá explicar ou alguém, se eu não vi essa implantação ou se ela não existe?" -----

Presidente da Câmara - "Peço à Mesa que seja o Vereador Sequeira a dar as explicações técnicas, porque é ele que tem liderado o processo." -----



Vereador José Sequeira - "A dúvida é em relação só à implantação ou ao processo todo?" -----

Luís Reis - "A dúvida é só em relação à implantação e se isso se pressupõe uma ocultação a quem tiver ali comércio." -----

Vereador José Sequeira - "Normalmente nós fazemos uma análise. Os pedidos estão feitos com quatro ou cinco localizações que eventualmente poderão ser colocados e depois, os nossos serviços, nomeadamente da parte da rede viária, iremos analisar, caso a caso, se é possível ou não. A ocultação, é o bom senso." -----

Luís Reis - " Eu sei que é o bom senso, mas por vezes, a implantação cria dificuldades em determinados sítios." -----

Vereador José Sequeira - "Ninguém vai prejudicar a implantação que já existe. Inclusivamente os postes admitem quatro ou cinco sinaléticas. Não é uma sementeira. O objectivo essencial é uniformizar a sinalética." -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala. -----

Carlos Lima - "É só um pormenor. Eu penso que a dúvida do Luís tem alguma razão de ser. Porque ao dizer que as situações devem estar mais ou menos previstas, não podemos ser confrontados com situações de sinalética a indicar restaurante junto de outro restaurante. Podemos ter uma sinalética junto ao Zoomarine a indicar o parque Vasco da Gama? Se calhar é preciso ter algum cuidado, à partida. Depois quem é que vai gerir isto? A empresa que ganhou o concurso." -----

Vereador José Sequeira - "Não! São os serviços e eu próprio." -----

Carlos Lima - "Mesmo depois do concurso?" -----

Vereador José Sequeira - "Sim, sim! A empresa faz o pedido para cada caso particular, nós analisamos, internamente, as localizações, que depois têm de ser respeitadas." ----

Carlos Lima - "Assim já estou esclarecido. Não sabia desse pormenor." -----

Não havendo mais intervenções, Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação.

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Vítor Clemente, Francisco Oliveira e Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Luís Reis e Rosário Charrua. -----

Ausências: duas (02) Carlos Gabriel e Alberto Saraiva. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da desistência do Município de Albufeira de associado da APMH - Associação Portuguesa de Habitação Municipal, nos da alínea m) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; ---
O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. ---

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Reis e Rosário Charrua. -----

Ausências: duas (02) Carlos Gabriel e Alberto Saraiva. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia, nos termos do n.º1 do art.79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "Iria pedir ao Sr. Presidente da Câmara que me prestasse algum tipo de informação, substanciado à não leitura, atempadamente. O Sr. Presidente Desidério Silva, tem pleno conhecimento sobre isto e muito rapidamente, dar-nos-á a explicação."

Presidente da Câmara - "Como sabem, há um Plano de Indústria e Comércio da Guia, que já tem vários anos, algumas intervenções do qual havia necessidade de fazer alguns reajustamentos. Esses reajustamentos têm três ou quatro pontos importantes. Um é, em termos daquilo que é o "Lança Parque". Há ali um reajustamento em termos do plano. Há aquele grande centro comercial que está aprovado deste o princípio, que fica a poente da MaKro e do Leroy e, depois, também por exigências da requalificação da EN125. E também a revisão teve de se adaptar ao Decreto Regulamentar 10/2009. Também há aqui outras questões que têm a ver com as medidas, que antigamente eram volumetricamente e agora são em termos de superfície. Mas em termos práticos, não há aumento de áreas. Naquele espaço onde estava prevista a zona comercial, tem duas componentes novas, que são, o equipamento de saúde e uma unidade hoteleira. Em relação ao Lança Parque, são relativamente às obras que estão a decorrer." -----



Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Vítor Clemente, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Francisco Oliveira. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Rosário Charrua. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de avaliação de interesse regional do projecto "Parque Temático Vasco da Gama", sito nos Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vítor Clemente - "Quando me foi distribuído todo o processo relativo a este parque temático "Vasco da Gama", tive o cuidado de o ler. Não no sentido daquilo que há pouco ouvimos, mas lendo as situações que se passam lá e que são transmitidas. É bem notório, as posições dos organismos face aos seus pareceres. Ao tomarmos conhecimento e ao lermos os pareceres dos organismos que têm vindo a acompanhar este tipo de investimento, os pareceres em nada são favoráveis. Onde citam, todos eles, o PDM no que diz respeito à sua localização. E onde é também solicitado ao promotor para que viesse a encontrar outra localização. É o que lá está, da parte daquilo que as entidades também descreveram nos seus pareceres. O que está em causa é o interesse municipal, o que eu vejo agendado é o interesse regional. Não sei, para a região ainda não consigo demonstrar a minha vontade. Vejo, num lado interesse regional e noutro interesse municipal. Estando em causa todos os supostos do PDM, esta Assembleia, no meu entender, não deve criar abertura para o interesse municipal. O interesse deve partir, isso sim, da alteração ao PDM, para que este tipo de investimento possa ter algum tipo de cabimento neste concelho." -----

Presidente da Assembleia - "Interesse público municipal. Houve uma gralha. Aliás, no edital, está certo, na convocatória, há um erro. Mas na proposta está claro que é o interesse municipal. Vamos deliberar o interesse municipal." -----

Vítor Clemente - "Ao deliberar a situação do interesse municipal, o que está em causa são também os pareceres, nesse sentido, que todos eles remetem para a não



aprovação, mas a Câmara Municipal concorda com o interesse municipal e remete para a Assembleia. Ao tomar este tipo de posição e ao analisar todos os documentos recebidos pela Assembleia vindos da Câmara Municipal, todos eles são unânimes no que diz respeito ao seu parecer, negativo, remetendo para que mais tarde viessem a tratar do PDM, daqui a dez anos, se for possível, para se encontrar aquele terreno uma mais-valia para dar cabimento ao investimento que está. Não falando da situação do investimento, que são situações sem necessidade de grande discussão no que diz respeito ao concelho de Albufeira." -----

Presidente da Assembleia - "Sr. Vítor, a deliberação tomada pela Câmara diz: *"Foi deliberado manifestar concordância com os pareceres datados de 9/8/2011 e 15/9/2011 e remeter o processo à Assembleia Municipal com vista ao reconhecimento do interesse público municipal do empreendimento. Mais foi deliberado dar conhecimento à Secretária de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território do teor da presente deliberação bem como os pareceres supra citados."* -----

Vítor Clemente - "Sr. Presidente, da pasta que me foi entregue, eu não trouxe, estão guardados. Estes foram recebidos antes da explicação feita aqui na Assembleia, o Sr. Presidente teve a amabilidade e o cuidado também de trazer os promotores cá para explicar a situação. Ao verificar esses documentos, todos eles, (eu digo todos porque foi, de facto, o que eu li), o parecer é negativo. É negativo pela simples razão de que também o PDM não dá cobertura a esta situação, só se a Assembleia o vier aqui aprovar, o interesse municipal. Mas isso é da responsabilidade da Assembleia Municipal." -----

Presidente da Câmara - "Este processo entra na Câmara vindo do AICEP, do promotor e vindo a pedir à Câmara que, no fundo, se pronuncie sobre a possível localização deste equipamento naquele terreno. E foram feitas abordagens pelo promotor com a AICEP, com a CCDR, com o Secretário de Estado, todas essas entidades. E depois dessas entidades todas, obviamente, que a pronuncia é sobre as condicionantes do terreno. Só que no âmbito do PROT há também alguns pontos que estão identificados como "possíveis a executar desde que". E neste contexto, a CCDR, encontrou uma forma de possibilidade de se avançar para o núcleo de desenvolvimento económico desde que fossem definidos alguns parâmetros que tivessem de dar concretização a esse núcleo de desenvolvimento económico. Para isso era preciso dois pontos fundamentais. Que a Assembleia Municipal declarasse o interesse municipal. Depois que faça isso, o observatório da CCDR, declarasse o interesse regional, e depois disso, avançasse com aquilo que é a questão do plano de pormenor da zona para que esses pontos fossem todos pontualmente concretizados. Este é o ponto da situação. Porque face às condicionantes, face ao PDM, não é possível. Face ao interesse, se o município assim o decidir, se a CCDR concordar com o interesse regional, havendo por parte do Governo, ainda do Governo anterior, essa vontade, o AICEP chegou-se à frente neste processo. Portanto o que está aqui em causa é exactamente isso. Se a Assembleia der o interesse municipal, poderão ser "partidos" todos os outros obstáculos que estão inerentes a este processo. Se a Assembleia Municipal não der esse parecer,



obviamente, este processo morre aqui. É tão claro quanto isso. A questão do PDM, há formas de o resolver desde que haja estas etapas, que se vão concretizando, estamos a falar de um núcleo de desenvolvimento económico, que tem regras, mas só podemos lá chegar se se façam algumas etapas. Esta é a explicação, penso que lógica, deste processo." -----

Francisco Calhau - "Trata-se de uma proposta de implantação no nosso concelho, de um projecto de grandes dimensões e, como tal, tem vertentes complicadas, que obrigam a tomadas de decisões difíceis. O que o deputado Vítor Clemente disse há bocado é verdade. Realmente, os organismos pronunciaram-se contra a realização de um projecto naquela zona, naquilo que é a sua legitimidade sectorial. Existe na legislação um organismo, que eu penso que todos nós temos essa carta connosco, faz parte do processo, que se chama Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional e que se debruça sobre algo que está previsto na lei, relativamente à sua dimensão, implantação e localização. Estamos a falar daquilo que a lei designa por Núcleos de Desenvolvimento Económico, os quais são classificados em vários níveis. Este, em particular, é nível 1. Esse organismo, que se pronuncia sobre a possibilidade deste projecto poder ser constituído como um Núcleo de Desenvolvimento Económico, nível 1, é sensível a todos os pareceres negativos aqui apresentados. Tendo por base esses pareceres negativos, impõe condições para que, se a Assembleia Municipal deliberar, caso o entenda, que o considera um projecto de interesse municipal e uma vez que os organismos regionais competentes declararam considerar que se trata de um projecto de interesse regional, então o projecto poderá concretizar-se desde que no cumprimento estrito e restrito daquilo que são os condicionalismos postos à partida e reafirmados por essa comissão. Ora bem, esta Comissão impõe um conjunto bastante vasto de condicionalismos para que este projecto, independentemente do que a Assembleia aqui decidir, seja considerado projecto de interesse nacional, salvaguardando, inclusivamente, alguns dos problemas que os organismos sectoriais identificaram e puseram como condição ao analisar, isto está na REN como tal estamos na Reserva Ecológica Nacional, portanto tem esse condicionalismo. Mas esta Comissão efectuou uma análise global. Eu acho que era importante, não sei se o Sr. Presidente autoriza, que se pudesse ler aquilo que foi a missiva que recebemos desta Comissão e que faz parte do processo aqui em discussão. É possível?" -----

Presidente da Assembleia - "Faça favor." -----

Francisco Calhau - "Peço que tenham paciência, mas é importante ler o que está escrito pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional. *"Atribuição de Estatuto PIN 193 - Parque Temático Vasco da Gama. Tenho o prazer de comunicar a V. Exa. que a Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (CAA-PIN), na sua reunião do dia 30 de Outubro, deliberou reconhecer ao projecto "Parque Temático Vasco da Gama" o estatuto Parque de Interesse Nacional (PIN), tendo considerado que o mesmo possui susceptibilidade de ter sustentabilidade territorial e ambiental na localização*



proposta, condicionado, porém, ao rigoroso cumprimento dos regimes legais aplicáveis, designadamente nas áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional, de Reserva Agrícola Nacional e Domínio Hídrico e desde que acautelados os seguintes condicionalismos, para a eventual consideração de um Núcleo de Desenvolvimento Económico (NDE): Adequação da instrução e tramitação do processo ao disposto no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), para os NDE do tipo I; Necessidade de contratualização, com base numa avaliação de âmbito municipal/regional e desde que o projecto contribua claramente para a requalificação ambiental e paisagística da sua área de incidência e da respectiva envolvente, incluindo a valorização dos específicos valores ambientais presentes, nomeadamente, o Barranco de St.ª Eulália, o qual integra um corredor ecológico a estabelecer no âmbito da definição da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), no quadro de revisão do FDM de Albufeira, sendo que a CCDR Algarve formalizou, em 13.04.2010, a entrega de uma proposta de EEM, à Câmara Municipal de Albufeira, a qual deverá ser tida como referência; Necessidade de acautelar conflitos de vizinhança, nomeadamente em termos de cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, acessos, circulação viária e estacionamento; Necessidade de, em sede de elaboração do instrumento de gestão territorial adequado e consequente projecto, atendendo à localização, ter especiais cuidados, tendo em conta os seguintes aspectos: Assegurar a implementação do corredor ecológico, previsto na Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve, que permita estabelecer a ligação litoral - interior, de modo a evitar a formação de um contínuo artificializado/edificado na faixa costeira; Minorar a inevitável interferência do projecto, em termos de conforto visual, na paisagem- envolvente, através de um adequado projecto de integração paisagística, no entendimento que a qualidade da paisagem contribui per si para a valorização do produto turístico; Privilegiar a utilização de espécies vegetais adequadas as condições edafoclimáticas de Região, de forma a potenciar a diminuição de custos com a manutenção dos espaços verdes e a redução do consumo de água para rega, com vista a desejável sustentabilidade ambiental do projecto de investimento; Verificar a compatibilidade de um NDE na faixa costeira com a Estratégia Nacional para a Gestão integrada das Zonas Costeiras - ENGIZC, nomeadamente quanto à abertura de novas vias, tendo em conta o referido no DL n.º 309/93, de 2 Set., sobre os princípios a observar na ocupação uso e transformação da faixa costeira, bem como as orientações e restrições estabelecidas no PROT Algarve para a mesma faixa; Garantir que a área artificializada não exceda 30%, por analogia com o estabelecido para os NDT, constatando-se que nos documentos disponibilizados é cerca de 40%, a qual é considerada excessiva, tendo em atenção a sensibilidade do local. Entende ainda a CAA-PIN dever reforçar a importância da contratualização inerente a este processo, no âmbito da qual fiquem salvaguardados os interesses públicos em presença, mediante o estabelecimento de obrigações e garantias adequadas ao efeito, designadamente em matéria de contrapartidas com conexão material directa ao indicado fim de requalificação. O projecto passa agora a ser acompanhado pela CAA-PIN junto de

todas as entidades responsáveis ou participantes na respectiva tramitação procedimental. Nos termos do nº 4 do artigo 5º do Regulamento do Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº 174/2008, de 26 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76/2011 de 20 de Junho, o reconhecimento não dispensa o integral cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, não sendo constitutivo de direitos. Qualquer alteração do projecto, que não assente na necessidade de dar cumprimento às condições atrás mencionadas, ou do promotor, que possa pôr em causa os pressupostos que estiveram na base da atribuição do estatuto obrigará a nova análise da CAA-PIN e poderá implicar a caducidade do estatuto atribuído. Em acréscimo, e de acordo com o nº 6 do artigo 5º do supracitado diploma, todo e qualquer reconhecimento de projecto como PIN caduca automaticamente se, decorridos 90 dias sobre a comunicação da sua classificação como PIN, o promotor não der início, de forma comprovada, à tramitação prevista no projecto.” Isto é aquilo que a Comissão de Avaliação a nível nacional diz sobre este projecto. Nós ouvimos, no princípio da reunião, duas intervenções de pessoas que têm, com toda a legitimidade, opiniões perfeitamente opostas sobre a realização do projecto, e que apresentam razões legítimas para fundamentar as suas posições. Esta Assembleia é confrontada, vulgarmente, com situações deste tipo, umas de maior responsabilidade, outras de menor responsabilidade, sobre aquilo que se pretende implantar no nosso território, no âmbito das suas competências. É porque tem que ter a preocupação em deliberar com o objectivo de conduzir a uma boa gestão daquilo que são as políticas de ordenamento do território, deverá ter em atenção, também, as potencialidades que podem advir para o concelho do aparecimento de novas actividades económicas no concelho, ainda para mais, numa altura em que vivemos e atravessamos uma crise que ainda não sabemos como é que vai acabar. E portanto, esta crise global e a situação em que vivemos neste momento põe-nos ainda mais responsabilidade sobre os ombros relativamente às decisões que temos de tomar hoje relativamente a este projecto e se calhar, futuramente, a outros que nos apareçam. São projectos que geram conflitos com empresários e empresas, que estão legitimamente instalados e que muito têm contribuído para que o concelho de Albufeira seja conhecido. No caso em apreciação a empresa instalada é o Zoomarine. Ora o Zoomarine tem sido um excelente embaixador deste concelho, sem dúvida alguma, mas cabe a esta Assembleia tomar uma decisão, ouvidas as preocupações legítimas dos empresários, em geral, sobre situações que podem ser prejudiciais às suas empresas. Mas cabe a esta Assembleia ter uma visão de futuro, podendo naturalmente correr o risco de, por vezes, se enganar na avaliação que faz caso a caso. Mas se nós conseguíssemos adivinhar tudo, seríamos excepcionais e não vulgares seres humanos. Neste momento aquilo que nós podemos afirmar é que há em cima da mesa um projecto, que é um projecto com interesse, é um projecto que é declarado com interesse pelos próprios organismos. Inclusivamente os organismos que sectorialmente se pronunciaram negativamente, fizeram-no com o cuidado de deixar claro que consideram o projecto de interesse, só o gostariam de o ver, eventualmente,



noutra zona territorial do concelho. Mas nunca o puseram em causa, apenas a sua localização, eprante os condicionalismos que levantaram. Também convém esclarecer isso. Todos os organismos se pronunciaram em termos de ordenamento do território, nas suas competências, mas nunca pondo em causa a legitimidade e o interesse que o projecto possa ter. E portanto, nós estamos confrontados com essa situação. Eu, pessoalmente, também gostaria de o ver numa zona que não fosse conflituosa. Mas o que é um facto é que a Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional, organismo que a nível nacional é pressuposto pronunciar-se sobre a localização de projectos desta dimensão no território nacional, põe um conjunto de condicionalismos, que o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal autorizou, e bem a meu ver, que pudessem ser lidos aqui, e que são restrições rigorosas e que, como tal, nos podem dar garantias, á partida, de que podemos deliberar na certeza de que tais restrições e condicionalismos serão escrupulosamente respeitados. E que acreditamos que a concretização de novos projectos concorrenciais com empresas já instalados, poderá estimular essas actividades. Portanto, o PSD, na base e no cumprimento restrito daquilo que está previsto aqui neste parecer da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional, dá o seu aval positivo, deliberando aprovar a realização do projecto em causa, condicionado ao rigoroso cumprimento das restrições levantadas por esta comissão." -----

Luís Reis - "Realmente, é uma situação bastante sensível. Ouvimos os dois defensores das duas situações que foram aqui apresentadas. Uma é apresentada e outra já existe. Contudo, na minha simples modéstia, acho que o projecto peca, não sei onde e por onde e como é que começou esse tipo de situação conflituosa e como é que foi possível que já tivesse andado todo este caminho no meio urbano. Porque a zona onde pretendem inserir este parque, é uma zona já extremamente ocupada, pelo menos na envolvente. As suas redes viárias, que é um argumento de peso, principalmente agora que não há dinheiro para fazer redes viárias. É um argumento de peso, quando esse parque estiver implantado e a funcionar, nunca saberemos se realmente a rede viária estará, onde está ou se terá alguma evolução. Penso que, também, aquela zona ficará extremamente esgotada, a nível de densidade de passante, na época em que esse parque terá funcionamento, poderá ser, eventualmente, uns quatro, cinco meses. Quanto à intervenção paisagística, não vejo que aquela zona se enquadre para receber este tipo de equipamento mecânico, já não falando nas espécies vegetais, que devem ser conservadas, todos sabemos que não é novo esse tipo de argumento. Pode-se ver a zona da Balaia, que em 1978, tive para comprar aquele terreno do lado esquerdo onde está implantado presentemente o Village Balaia, não o comprei porque era considerado zona de reserva florestal e, presentemente, pode-se ver o que lá está. Portanto, este argumento, das espécies vegetais, é como "plantar flores dentro de casa". Daí que, este privilégio que é dado a uma empresa destas, de se inserir num local tão nobre como aquele, ficamos com um certo peso de consciência, que o Zoomarine em determinada altura, quando da sua implantação, foi obrigado a recorrer a terrenos



fora de uma zona tão boa como nós tínhamos na altura, com várias possibilidades que houve, que eu sei. Lembro-me quando o Zoomarine andou à procura de terreno, que andou também na zona do Vale da Ursa, na zona da Balaia, dos Olhos d'Água, andou enfim, por todos os locais. Ficaremos todos com peso de consciência, e penso que é isso que pode pesar a esta Assembleia, a votação, independentemente, dos grupos que possam dar, a nível de emprego ou possam dar impostos uma actividade dessas. Penso que ficará na nossa consciência, a falta de tomada da mesma atitude que se tomou quando o Zoomarine quis para cá vir, e agora privilegiamos uma empresa, quando os seus milhões que trazem para cá, eventualmente, poderá destruir a massa de parque que existe cá, que serão dois, e poderão eventualmente torná-los, não direi incompatíveis, mas a nível financeiro, poderão não criar nenhum. Em vez de estarem abertos o ano todo, salvo um mês ou dois, irão trabalhar durante quatro ou cinco meses e, se calhar, o número de empregados que emprega, na sua globalidade, ficará reduzida à que presentemente existe em funcionamento no Zoomarine. É uma concorrência relativamente desleal, porque os princípios de base não são idênticos e isto desequilibra toda esta perspectiva e tudo isto que está aqui a ser proposto para nós decidirmos, quando já vem de lá de cima aos trambolhões, mal arrumado, mal direccionado, mal posicionado, e não sei com que escolhas é que chegamos a um ponto destes. Em que nós temos de estar aqui a defender uma situação que à priori nunca deveria ter sido gerada. Tenho dito." -----

Carlos Gabriel - "Eu depois de ouvir as várias posições e do meu companheiro de bancada a descrição das leis todas, fez-me lembrar a entrevista de um emigrante na América aquando da visita do Presidente da República aos Estados Unidos, em que ele foi convidado a investir em Portugal. Ele disse "vou investir em Portugal, mas como? Enquanto vocês não reformularem as leis todas. Chegamos lá, não é a lei hidráulica, temos de ir à ecológica, mas depois já não é a ecológica, é outra." Nós devemos é acarinhar e apoiar esses investidores, no tempo que decorre, ainda querem investir no Algarve. Eu por acaso, tenho viajado um pouco pelo mundo, à minha custa, não à custa do erário público, nunca fui de Câmara nenhuma nem Governo, por isso nunca me pagaram viagens. E quando vou, nomeadamente a Paris, eu não vou dois ou três dias ao mesmo parque. Fui um dia para a Disneylândia, outro dia ao Asterix Parque, outro dia ao Museu do Louvre, outro dia ao Futuroscópio. Isto para dizer o quê? Um turista que vem para o Algarve, não vem só para Albufeira, vem para Sagres a Vila Real de Santo António, e eventualmente até na zona centro do país. E quando se deslocar a Albufeira, vai um dia ao Zoomarine, se estiver aqui o parque Vasco da Gama, vai lá, vai outro dia ver o Castelo de Paderne, se conseguirmos criar condições para os turista lá irem, e vai outro dia, como sempre, para Espanha, Ilha Mágica, vai ao Mercado de Quarteira, e por aí fora. Uma mais-valia como esta é, efectivamente, de apoiar e tentar criar o mínimo de problemas possível a estes investidores. Quando se aprovou nesta Assembleia a Estação de Tratamento de Vale Faro, aliás, fui o único que me opus a essa situação e previ o que está a acontecer hoje. Estão aqui poucos dessa altura. Com tanta lei que temos, afinal de contas, não serve de nada. Não viram a asneira que

estavam a fazer ali, esse sim, no centro de Albufeira. Puseram uma estação de tratamento de esgotos, no centro de Albufeira. Quando chove, em Agosto, despeja literalmente no meio da praia, onde as máquinas da Câmara, no dia seguinte têm de ir tapar a vala. Destruíram o Pinhal do Concelho com aqueles hotéis que lá estão construídos, que parecem aranha céus, que vistos do mar parecem hospitais. As leis têm de ser simplificadas e apoiar as pessoas que querem investir neste concelho com um empreendimento que não tem construção, não tem concorrência. É diferente do Zoomarine. Eu conheço o Zoomarine, eu conheço a Ilha Mágica, que não tem nada a ver com o Zoomarine, são coisas completamente diferentes. Se eu estiver cá de férias, vou um dia ao Zoomarine, mas, de certeza, não vou lá outro dia, vou ao parque temático Vasco da Gama. Mas se não houver o parque temático, se calhar, vou ali a Espanha, ou vou a Sagres, ou vou a Monchique. Nós temos de ter diversidade de oferta para quem nos visita. É só." -----

Francisco Calhau - "É apenas para dizer que, nesta nossa decisão, não há qualquer atitude discriminatória sobre ninguém, ou sobre nenhuma empresa ou actividade. Há é um momento completamente diferente, com a legislação, a enquadrar as coisas de maneira diferente, conforme a actualidade em que nos encontramos e que nos obriga a ter-mos de encarar, de estudar e analisar os processos, tomar decisões em função dessas novas condições e neste caso, também, e sem dúvida alguma, perante as condições económicas extremamente adversas, em que tudo o que é motor para a actividade económica é bem-vindo. Como nós vemos a nível nacional, a procura que há de novas actividades, novas empresas, novos sectores que possam instalar-se no nosso território é permanente. Portanto, é nesta lógica que nós, cientes da responsabilidade da decisão que estamos a tomar mas, pensando, acima de tudo, no interesse do nosso concelho, para o seu futuro, que entendemos orientar as nossas decisões colectivas. Não estamos contra ninguém, de forma alguma. Ouvimos com muita atenção, e volto a referir isso, os argumentos que foram apresentados inicialmente. São argumentos que são válidos, que são responsáveis, mas que manifestam opiniões sectoriais. Nós aqui temos de estar, obrigatoriamente, acima dessa opiniões, ouvindo os argumentos que são apresentados, mas sabendo, depois, decidir na óptica daquilo que poderá ser melhor para o concelho. É essa a nossa convicção quando tomamos esta decisão." -----

Luís Reis - "Ouvindo atentamente aquilo que foi aqui dito, eu gostava de focar que, na realidade, a época que estamos passando vai limitar em muito as possibilidades no investimento das pessoas nos seus divertimentos. Vai fazer com que haja um menor número de pessoas a frequentarem divertimentos, tais como este parque. A implantação deste novo parque irá, de certeza, diminuir o número de pessoas a frequentar quer o Zoomarine, quer estas novas instalações. E penso que deveríamos tomar em conta que Albufeira desenvolveu-se e tomou outro sentido e caminho, por direcções que todos nós sabemos que foram erradas. Todos nós olhamos para o desenvolvimento de Albufeira e vêmo-la agora em estado de choque, com a situação da crise, em que a maior parte da indústria hoteleira e do comércio que ainda existe, não tem bases de suporte porque, presentemente, os poucos números de pessoas que ainda

conseguem frequentar esses sítios estão extremamente diminuídos e as empresas não se aguentam porque não têm capacidade. A concorrência é demasiada e nunca foi criado em Albufeira, que eu saiba, e os meus colegas que muito têm viajado não devem ter reparado, com certeza, é que consoante as densidades das freguesias quer por bairro nas cidades, as actividades estão normalizadas, estão vinculadas ao número de habitantes que esses bairros têm e que essas cidades têm. Nós não o tivemos em Albufeira, tivemos uma criação anárca de tudo o que é actividades, nunca foi legislado a quantidade, quer dos parâmetros por zona, a única coisa que foi criada foi a nível de farmácias. Discotecas, bares, restaurantes, etc., tomou tudo um rumo completamente diferente. E penso que, esta implantação deste novo parque é mais uma bola de oxigénio para alimentar o sistema que precisa de dinheiro, porque o gastou, e precisa agora desse investimento, mas não põe como objectivo, o que é que esse investimento irá dar à população local. A população local, residente, precisa de muito mais do que o turismo que vem para cá. Nós vivemos cá, somos nós que suportamos esta "brincadeira toda" no verão. Nós quase que não vamos beneficiar nada com isso, porque o dinheiro entra e sai. O sistema está montado, isto não funciona para nada. Os milhões que virão para cá, os equipamentos que virão da Alemanha, etc., etc., irão dar prazer a umas quantas pessoas que irão lá, alguns milhares, porque não serão aqueles que deveríamos ter cá em época boa. As épocas boas acabaram. Na minha opinião, aquilo que estamos a passar agora, ainda não chegou, como bem se dizia há bocado, ao fundo do poço. E quando, se calhar, chegarmos ao fundo do poço, vai ficar nivelado por aí, porque os bons tempos de antigamente acabaram. E é nessa perspectiva que se está a ver a implantação deste parque, é a vinda de milhões. Isto parece a "Dona Branca". Quando tivermos de pagar a factura daquilo que tivermos em dívida cá, ninguém tem dinheiro. Aliás, já se está a ver!" -----

Francisco Calhau - "Nós estamos num concelho que estava no ranking nacional dos concelhos com maior taxa de natalidade. O concelho que, antes da crise, absorvia, nas suas actividades, gente de todo o país para trabalhar, para não falar já dos países, ditos de Leste e da América Latina. Toda a gente se deslocava para cá, na expectativa de encontrar trabalho. Sabemos que Albufeira atraiu, para os seus sectores de actividade, pessoas de vários locais e países. Tínhamos, ainda há pouco tempo, um nível de qualidade de vida, dos melhores, bem como índices de empregabilidade. Se nós soubemos atrair essas pessoas, e se hoje perante a crise não formos capazes de dar uma resposta, vamos enfrentar um problema mais grave do que os restantes municípios. É que os concelhos que têm uma atractividade reduzida, estão "reduzidos" às pessoas que lá vivem, que são naturais de lá, à sua interioridade. Albufeira, não! Albufeira foi um concelho que não só se virou para dentro do resto do país como para o exterior, de tal forma que as suas actividades empregavam a mais diversificada massa laboral que pode haver, de várias nacionalidades. E só podemos minimizar o problema social agravado pela falta de trabalho, com a crise que está instalada no país, se soubermos dar resposta, para além das actividades que temos, atraindo mais empresas ou actividades para dentro do nosso concelho, para além das que já temos. É isso que



nós estamos a tentar fazer. Podem-nos acusar de estarmos a ser ingénuos, porque os empresários vêm para cá mas não deixam mais-valias. Não! Nós estamos convictos de que os empresários que vêm para cá, vêm ajudar a desenvolver o concelho, vêm implantar-se, não vamos ter a imagem catastrofista de que vão substituir os que cá estão, vão aniquilar os que cá estão. Fomos capazes de aprovar uma zona de interesse industrial como aquela que está na EN125 até à Guia e aí, então, cada actividade que aparecer aniquilará a existente. Nesse princípio, ficamos pelas superfícies instaladas e não deixamos evoluir mais o concelho. Nós temos que criar a possibilidade de virem outras actividades para cá, para que haja mais emprego, para que haja melhores condições e mais oportunidades e para que nós consigamos dar a volta a esta crise, que nos afecta, particularmente por aquilo que acabei de dizer, porque somos um concelho internacionalizado em termos de actividades. E portanto, o que o executivo está a tentar fazer e todos dentro das suas actividades tentam fazer, é virar o concelho por forma a que nós consigamos passar e atravessar esta crise, o melhor possível, em termos sociais e económicos, para todos nós. É essa a perspectiva que nós estamos a defender." -----

Adriano Ferrão - "Só queria comentar aqui alguma posição do colega de trabalho membro da Assembleia Luís Reis. Tem uma visão super pessimista do projecto e das suas implicações, pela sua colocação, de centralidade pelo que, eu penso que, lhe falta aqui um pouco de visão estratégica melhorada sobre a sustentabilidade do destino turístico. Albufeira é um destino turístico. É um destino turístico por excelência. E como destino turístico aqueles que coordenam a actividade económica, social e administrativa dentro deste concelho, tem de se preocupar com a satisfação dos turistas, tem que se preocupar em matéria de investimento, que os empresários tenham os seus lucros para poderem fazer divulgações, upgrades, novos investimentos e amortizações. Tem que se preocupar com a população local, a qual tem de encontrar emprego, tem de encontrar perspectivas de melhor qualidade de vida e, também, tem de se preocupar, com certeza, com o património, quer seja património natural, quer seja material e até cultural, como foi agora com o fado. Estas são as preocupações de quem está à frente de um destino turístico. E é precisamente nesse pressuposto, que nós somos chamados, agora, aqui, para tomar uma deliberação sobre a implantação de um parque temático, que pode ou não, melhor ou pior, responder a isto que eu acabei de dizer, sustentabilidade de um destino turístico. A mim, pessoalmente, parece-me que ele tem toda a lógica. Primeiro, até pela posição geográfica que Albufeira tem, no centro do Algarve, depois também porque, é um equipamento que me parece complementar os demais, inclusivamente, incluindo aqui o Zoomarine e todas as outros recursos turísticos, pois eu considero um parque temático um só recurso turístico mais. O Castelo de Paderne também é um recurso turístico e a praia dos Salgados é outro recurso turístico. E existem mais. E, há a diversidade dos recursos turísticos. Já foi falado aqui, pelo meu colega Gabriel, da importância da diversidade. Até porque, Albufeira tem todo o interesse em manter e reforçar a centralidade do protagonismo turístico, que tem tido no Algarve e que, nós sabemos que, constantemente, tem sido



ameaçada por uma concorrência leal, que até pode ser de salutar, mas é uma concorrência entre destinos turísticos que estão na região ou fora desta região. Há outras zonas fora desta região, internacionais, que competem directamente com o Algarve. Sendo assim, aparenta ser um recurso turístico que é uma mais-valia e tem implicações positivas na sustentabilidade neste destino turístico de Albufeira. Também cria emprego! Pode criar mais no verão, menos no inverno, mas cria emprego. São pessoas de Albufeira que, em princípio, vão ali trabalhar. Não acredito que venham a ser privilegiados emigrantes. As pessoas que estão aqui na primeira linha, estão cá para trabalhar. Por outro lado, também há aqui muitas empresas no concelho e na região que precisam de serviço. Precisam de construir, têm as matérias-primas e serviços competentes para servir uma implementação estrutural de todo este equipamento e de o manter a funcionar. Por isso, todas estas coisas parecem positivas e apontam para que seja um projecto viável. Por outro lado, há algumas preocupações, que foram ditas aqui. Eu também as tenho, também estou preocupado com os níveis de ruído. Se realmente, aqueles níveis de ruído se vão manter dentro de um padrão razoável para que as pessoas que estão ali a Ocidente, do dito terreno, tenham a calma necessária à noite, porque já ouvi dizer que pode trabalhar pela noite a dentro, e deseja-se que essas pessoas não sejam molestadas no seu descanso. Também estou preocupado com as acessibilidades, realmente, quem vem da Branqueira, a estrada é muito estreita, terão que haver umas alterações, para que aquela estrada sirva melhor quem vem do lado Nascente, não venha assim a provocar uma sobrecarga no trânsito criando situações menos aceitáveis. Acho que são preocupações menores, quando se vê o todo e se vê o interesse que Albufeira tem nesta necessidade de potenciar e diversificar os seus recursos turísticos. Eu, pelo que vejo, também gostaria, como disse aqui o meu colega Francisco Calhau, que este projecto tivesse sido pensado inicialmente perto da EN125. Porque não, naquela zona industrial onde estão outros equipamentos e instalações? Porque não o Escarpão, que está mais esquecido? Também tinha sido uma outra solução, talvez melhor mas, enfim, é este o projecto que nós temos que deliberar e não um outro que seria utopia estar aqui a falar. Por isso, parece-me que, do meu lado, como o Eng. Calhau já aqui falou, considero este projecto de interesse para o município." -----

Rosário Charrua - "Acho que já foi praticamente tudo dito mas, há algumas coisas que eu também gostava de dizer porque também tenho uma opinião e faço questão, neste ponto, deixar clara a minha opinião. Acho que o desenvolvimento sempre se prendeu, e continuará a prender-se, com alguma ousadia e, em tempos de crise, a ousadia é um factor extremamente importante para avançarmos. Albufeira é, sem dúvida, uma cidade turística que tem um conjunto de praias que não vão crescer, não vão nascer mais, nem vão aumentar. Tirando as praias e aquilo que é conhecido pela grande noite de Albufeira, neste momento, e provavelmente o Zoomarine, não há muito mais para oferecer. Essa é a realidade! Por isso, acredito que qualquer projecto que possa ser implementado e colocado aqui, é uma mais-valia para a cidade. Quanto à crise; sem dúvida, estamos em crise e, se calhar, para este tipo de projecto, ainda bem. Porque,



para além de eles trazerem progresso, trazerem emprego, trazerem dinamização às empresas locais, provavelmente, também vão trazer outro tipo de turistas, que apostarão numa melhor escolha dos seus gastos, que não o têm feito ultimamente, quando escolherem o local onde vão passar as suas férias. E se a oferta aqui não for vasta e não for diferenciada, provavelmente, haverá sítios melhores para se ir gastar o dinheiro, que não Albufeira. Portanto, eu acredito que este projecto é importante. Pode trazer consequências, não conseguimos prever tudo. O ruído, o ambiente, o desenvolvimento, não se interligam a cem por cento ao agrado de todos, pois não se pode ter tudo, mas que precisamos de outra oferta, precisamos de outros espaços que tragam outro tipo de turistas, também não só aqueles que as pessoas se queixam permanentemente, como as famílias, os jovens com outras actividades que pretendem procurar outras coisas, só com projectos assim é que podemos alcançar outro tipo de turismo e outro tipo de ambiente também na nossa cidade durante os meses de verão." -----

Carlos Lima - "Também sou da opinião que já foi praticamente tudo dito, mas num assunto desta importância gostava que a minha opinião ficasse bem marcada, para futuro. Eu dá-me um bocado de aflição ver, porque há tantos condicionalismos por uma iniciativa que se diz que é boa. Eu vi o meu colega Calhau ler, porque não tive tempo para ler nada, a posição que estou a tomar é pelo que ouvi aqui, não pude vir à sessão de esclarecimento que foi dada. Mas parece-me um bocado estranho que se enumerem dez, ou doze, ou quinze condicionalismos. Parece que "Vamos fazer aqui, mas não podemos fazer isto, nem isto, nem isto, nem isto", é mais simples dizer "aquilo não pode ser". Porque, vamos todos estar confrontados com o ruído, com os problemas ambientais, com uma série de coisas que se tenta salvaguardar no papel. E todos nós sabemos como é que são as estradas junto ao Shopping da Guia. Também, na altura de ser construído, depois havia grandes acessos e vemos hoje o que foi lá feito. O que é preciso é aprovar. E aprovam-se as coisas sempre em nome de quê? Do investimento. Jogam-se umas mãos cheias de notas para a frente e vamos todos atrás do investimento. Penso que temos de ter cuidado, se esse investimento interessa ou não interessa. Eu não sei o que é que vai acontecer porque parece que estamos a perfilar para que isto seja aprovado. Se calhar, daqui vinte anos aquilo está feito. Porque não acredito nesse investimento, tão rápido, aqui para Albufeira. Infelizmente, não acredito que seja assim tão rápido, com a crise e com o discurso parece que leva a crer que precisamos de dinheiro agora. Isto é uma tomada de posição de alguém que quer investir aqui e vamos ver como está daqui a dez, quinze anos. De qualquer maneira à que tomar posições. Eu ouvi atentamente a intervenção dos dois interessados, um porque quer investir, o outro porque sente a concorrência, aceito a posição dos dois, é normal, e nós como políticos temos de estar aqui para decidir em consciência, o que é que achamos correcto. Porque a eles compete apresentar os argumentos e a nós compete saber o que é melhor em cada momento. E muitas vezes, o investimento, será o melhor de momento e noutro momento, será melhor salvaguardar o que já existe, que tem qualidade, que tem trazido mais-valia a esta terra e não podemos, rapidamente,



esquecer o que foi feito porque agora vem mais investimento e não ponderamos o que poderá acontecer a seguir. Porque é fácil dizer que as coisas são complementares. Pois são! Uma pizzaria é complementar de outro restaurante qualquer, só que se tivermos muitos, muitos deles fecham. E nós vamos assistir neste inverno muitos restaurantes a fechar, tudo feito em nome da concorrência. Hotéis a fechar, muitos deles começaram a ser construídos e não acabaram. Montes de investimento, tudo em nome do investimento. É sempre bem-vindo o investimento, mas há que ponderar se vale a pena investir no mesmo, ou se será melhor encontrar outras alternativas de fazer o investimento, porque sou a favor do investimento. Agora, se é investimento que possa pôr em questão aquilo que tem bases sólidas, eu acho que devemos ponderar essa situação. Pode estar em perspectiva, com a crise que nos vai, infelizmente, acompanhar durante mais uns tempos. Não podemos comparar Albufeira a Paris, Paris não tem o mesmo número de habitantes nem tem a capacidade financeira que nós temos, e eu nem sei se aqui em Albufeira toda a gente foi ao Zoomarine, é capaz de haver muita gente que não tenha tido possibilidades de lá ir, mas nós queremos dar a possibilidade de agora irem a dois lados. Temos de ter algum cuidado, quando em nome daquilo que se vai investir, e eu já não estou a pôr em questão de como é que vai ser investido, já ouvi falar de cinco milhões de capitais próprios num universo de sessenta milhões. Não é só acenando com investimento que nós, políticos, nos podemos deixar embevecer. Acho que as coisas têm de ser ponderadas porque podemos estar a dar cabo da galinha dos ovos de ouro. Ela pode estar cá neste momento e com a perspectiva de irmos, e aqui o Luís é capaz de ter razão quando diz que neste momento interessava entrar dinheiro, mas temos de ter cuidado. Compete-nos a nós e é a isso que nos obrigam de tentarmos pensar a longo prazo. Eu não sei o que é que vai acontecer mas, não me parece que seja o melhor investimento, neste momento, para Albufeira. E mais, se não queremos tomar partido, há regras que estão definidas, as pessoas podem abrir os seus negócios, a Câmara nunca proibiu ninguém de abrir um restaurante, de certeza que não proíbe esse investidor de fazer esse investimento no sítio que está previsto. Agora, estamos aqui a hipotecar uma zona, eu não sei quem é que definiu aquilo como zona agrícola, se calhar era para ser zona agrícola. Eu tenho ouvido muito discurso neste concelho, que o PDM é restritivo, eu acho é que é pouco. Ainda não houve nada nesta terra que não tivesse sido feita por o PDM impedir. Tudo foi feito! Vamos ver agora, o PDM diz que ali não é para ser feito, mas há sempre formas de contornarmos a situação, em nome do investimento. E nós nunca vemos a coisa em sentido contrário. E agora já se fala em voltarmos todos para a agricultura. Deixem estar aquele terreno, qualquer dia a Câmara deve fazer lá umas hortas e deixar as pessoas cultivarem-nas. Ainda continuamos na ilusão do investimento a qualquer preço. Era isto que gostava de deixar aqui vincado. Não sei se será bom investimento ou não. Penso que se tem de atender ao que já existe, aquilo que temos que está sólido e cada um decidir com a sua consciência." -----

Carlos Santos - "Relativamente ao investimento, eu não o ponho em causa mas, por aquilo que todos nós ouvimos aqui esta noite, pela intervenção do Sr. Presidente da



Câmara, foi-nos dito que, se esta Assembleia votar no sentido negativo, o processo e o projecto morre aqui. Partindo do princípio que esta Assembleia poderá tomar outra posição, será aprovar o projecto com interesse municipal, a minha questão refere-se essencialmente ao seguinte: cabe-nos a nós a decisão neste momento e no futuro? Esta Assembleia continuará a ser informada dos planos de pormenor de todo o processo, de todos os condicionalismos, daquilo que foi alterado, se não foi alterado. Eu não gostava que a decisão partisse desta Assembleia, de aprovar, lavamos todos as mãos e nunca mais somos informados de nada. É basta dizer que, ainda não há muito tempo que isso aconteceu com a Marina, com outros executivos. Gostava de lembrar isso aqui." -----

Francisco Calhau - "Depois da intervenção do meu colega de partido socialista, leva-me a fazer esta afirmação em nome do PSD, muito curta. O PSD considera este projecto de interesse municipal, desde que o projecto cumpra todos os condicionalismos que estão referidos no documento da Comissão de Acompanhamento deste tipo de projectos, que se pronunciou de acordo com a Lei e com a qual o PSD concorda. Volto a dizer, nós consideramos que o interesse municipal está condicionado ao respeito, estrito, de todos os condicionalismos. Portanto, partimos do princípio que haverá mecanismos legais de acompanhamento, durante a fase de execução, que garantam o cumprimento estrito daquilo que é exigido. Para nós, essa exigência é extremamente importante e é essencial, porque entendemos que só o cumprimento desses condicionalismos permiti ultrapassar todos os pareceres negativos que foram postos pelos diferentes organismos. É essa a nossa posição." -----

Luís Reis - "Foi muito mau para Albufeira os caminhos seguidos. Não foram os mais benéficos para todos os que trabalham cá. A concorrência desleal que se iniciou com a implantação das grandes superfícies. Eu e mais outros, que somos comerciantes cá desde 1974, conhecendo a geração anterior de comerciantes que tiveram de abandonar as suas profissões devido ao aparecimento das grandes superfícies, comprovam que o caminho tomado, não é o melhor caminho. É um caminho bastante selvagem de um mundo de cão. Penso que seria altura de beneficiarmos um bocadinho aqueles que cá estão Albufeira e outros que tenham optado por isto. Eu considero isto, uma situação relativamente desleal na forma como foi apresentada nesta Assembleia. Esta concorrência anárca, é o sinal mais indicativo para a criação de pobreza. Temos visto isso desde o início, desde que os pequenos comerciantes tiveram de começar a desaparecer, a serem substituídos por quinquilharia. E isso, se calhar, não se ponderou quando se considerou que Albufeira era um dos melhores locais para se viver. É que nós estamos aqui envolvidos em quinquilharia de comércio, que veio substituir o comércio tradicional, que não se aguentou em relação às grandes superfícies, que teve que abandonar os seus locais que foram desvalorizados e aproveitados por pessoas de outras nacionalidades, que importaram os seus artigos a preço da "uva mijona", como se costuma dizer no Algarve. Porque lá, não se paga segurança social e se emprega crianças de doze anos. E é essa a criação de desenvolvimento que nós continuamos cá a dar. Defendemos os direitos do homem e permitimos que os artigos venham para cá feitos por crianças de oito anos. O sistema continua todo adulterado. E nós



continuamos com esta situação aqui, a adulterar o sistema. Continuamos a aceitar o sistema. Não nos vinculamos a posições nenhuma, a não ser os milhões que vão cá entrar. Tenho dito." -----

Presidente da Câmara - "Vou só intervir em duas questões. Eu acho que esta Assembleia deve ser informada porque o Luís Reis, com todo o respeito que tenho por ele, voltou à questão das grandes superfícies. Nós há bocado tivemos aqui uma revisão do Plano de Indústria e Comércio da Guia. Eu quero dizer que aquele plano foi aprovado há uns quinze anos. E o que nós hoje aqui aprovamos foi uma revisão daquele plano e não aprovamos nada de novo a não ser, a clínica de saúde e a questão do pequeno hotel de estrada. Em relação à questão dos comerciantes da baixa e tudo isso, tem uma história de catorze ou quinze anos, não está agora aqui em cima da mesa. O meu amigo, também andou na concorrência, desde lojas de roupa, restaurantes, bares, cafés, isso tudo. A concorrência nunca fez mal a ninguém. Mas, a questão da concorrência leva também a quê? Aquilo que é apelativo terá um valor acima daquilo que é normal. Como falou das grandes superfícies, é só para ficar definido, que não foi agora que tivemos a aprovar uma grande superfície, elas já existem há catorze anos. Se não aprovássemos hoje, poderiam fazer exactamente a mesma coisa, excepto a unidade de saúde e o hotel. Como há aqui gente de fora, é para ficarem com uma ideia mais enquadrada do que estamos aqui a falar. Para responder ao Carlos. Eu há bocado explanei todo o procedimento em relação a este processo, e a Câmara quando remete para a Assembleia Municipal é um processo que vem do AICEP, vem lá de cima com caminhos percorridos. Como eu disse, esta Assembleia se votar contra, o processo morre aqui. Se o processo passar, o que é que acontece? Acontece aquelas fases do regional, do plano de pormenor e, a Assembleia é soberana no plano de pormenor. O plano de pormenor vai ser feito pela Câmara Municipal, se o processo seguir. Apenas estou a explicar aquilo que são os procedimentos, não estou a dar opinião. O processo, em última instância, voltará sempre à Assembleia Municipal. Um plano de pormenor, um PDM ou um plano de urbanização, a última resposta é sempre da Assembleia Municipal, em qualquer circunstância. Esta é a tramitação dos planos dos processos e o MDE aponta para um plano de pormenor daquela zona, aponta para a contratualização e aponta para outra coisa aí que é um estudo, não só dos vinte e dois hectares, como de toda a envolvente do parque. São estes pormenores que estão no processo. Fica o esclarecimento em termos daquilo que foi a pergunta." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Vítor Clemente, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Rosário Charrua. -----

Ausências: uma (01) Francisco Oliveira. -----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Novembro de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____

